



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/03/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. SELETIVOS.....	2 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SELETIVOS.....	7 - 8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. COMARCAS.....	10
4.3. DESEMBARGADORES.....	11 - 13
4.4. SEM ASSUNTO.....	14
4.5. VARA DA MULHER.....	15 - 17
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	18
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	19
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	20
6.2. DESEMBARGADORES.....	21
6.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	22
6.4. VARA DA MULHER.....	23 - 25
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. POSSE.....	26
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CNJ.....	27 - 28
8.2. DESEMBARGADORES.....	29
8.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	30
8.4. POSSE.....	31
8.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	32

Comarca de Timon abre edital para entidades sociais

Estão abertas desde o dia 27 de fevereiro, e seguem até o dia 18 de março, as inscrições para as entidades sociais, públicas ou privadas, participarem da seleção de projetos na Comarca de Timon. De acordo com o Edital, assinado pela juíza Lewman de Moura, titular da 1ª Vara Criminal, esses projetos devem ser de caráter social ou filantrópico. Os que forem selecionados receberão recursos financeiros advindos das prestações pecuniárias e suspensão condicional da pena ou do processo, e as entidades devem ser sediadas na comarca.

Outros requisitos para participar da seleção: a entidade deve estar regularmente constituída há pelo menos um ano; ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

Os interessados em participar do certame deverão apresentar a seguinte documentação: o projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Timon, com atividades de

caráter educativo de crianças ou adolescentes, de vítimas de violência doméstica ou ressocialização de presos; as certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da Justiça estadual e Federal, das Comarcas de Timon e de São Luís.

Devem apresentar, ainda, certidões de antecedentes cíveis e criminais emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, das comarcas de Timon e de São Luís, bem como das comarcas nas quais os respectivos dirigentes residam e tenham residido nos últimos 05 (cinco) anos, e certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes, além de certidão de quitação eleitoral dos respectivos dirigentes.

O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, até o dia 25 de março. Esses projetos selecionados deverão ter execução iniciada em até 60 (sessenta) dias, sob pena de exclusão do certame e terão validade até o final do ano de 2013, desde que cumpridas todas as condições impostas.

Cerca de mil candidatos faltam ao concurso para juiz do TJMA

Pág. 3

Cerca de mil candidatos faltam ao concurso para juiz do TJMA

Um total de 928 candidatos faltaram neste domingo (3) à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão - o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Os candidatos enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu), que começou às 8h. O concurso é organizado pelo Cespe/UNB. . . tão em disputa 31 vagas e formação de cadastro de reserva.

Durante todo o dia, a comissão, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, permaneceu no local das provas. "O concurso transcorreu com normalidade, não sendo registrada nenhuma ocorrência negativa", disse o presidente.

Nesta quarta-feira (6) está prevista a divulgação dos gabaritos, nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJMA (www.tjma.jus.br).

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro elaborado pela gestão do desem-

bargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior.

"Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça", lembra Guerreiro Júnior.

CONCURSO- A seleção terá seis etapas. Além da prova objetiva, haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença.

Os aprovados passarão por outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

Das vagas abertas, e das que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 1 hora.

Concurso de Juiz I

Um total de 928 candidatos faltaram neste domingo (3) à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Concurso de Juiz II

Nesta quarta-feira (6) está prevista a divulgação dos gabaritos, nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJMA (www.tjma.jus.br). Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro elaborado pela gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior.

Corregedor recebe representantes de entidades de defesa da regularização fundiária

PÁGINA 3

Corregedor recebe representantes de entidades de defesa da regularização fundiária

No início da tarde de ontem (5), o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, recebeu a vereadora Rose Sales, os advogados Rafael Silva e Diogo Cabral, além de outros advogados e integrantes de entidades que trabalham pela regularização fundiária no Maranhão, para ouvi-los a cerca de alguns problemas recentes ocorridos em comarcas do interior e na capital.

Questões pontuais foram apresentadas ao corregedor, que se comprometeu a avaliá-las, lembrando que não



Corregedor Cleones e representantes das entidades

pode interferir diretamente em decisões judiciais. "Vocês sabem que sempre estou à

disposição para auxiliá-los no que for necessário, no entanto, não posso interferir nas

decisões. O que tenho feito é um trabalho com os magistrados, para que eles esgotem todas as possibilidades de avaliação, a fim de decidir da maneira mais sensível possível", explica o desembargador Cleones Cunha.

O corregedor-geral lembrou, ainda, que continua solicitando providências aos juizes em relação aos casos de homicídios ocorridos em decorrência de conflitos de terra. Uma lista foi entregue, em 2012, ao corregedor, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

09 Mais de 900 candidatos faltam ao concurso para juiz do TJMA



Um total de 928 candidatos faltaram à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão - o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Mais de 900 candidatos faltam ao concurso para juiz do TJMA

Um total de 928 candidatos faltaram à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão - o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Os candidatos enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu), que começou às 8h. O concurso é organizado pelo Cespe/UNB. Estão em disputa 31 vagas e formação de cadastro de reserva.

Durante todo o dia, a comissão, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, permaneceu no local das provas. "O concurso transcorreu com normalidade, não sendo registrada nenhuma ocorrência negativa", disse o presidente.

Nesta quarta-feira (6) está prevista a divulgação dos gabaritos, nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJMA (www.tjma.jus.br).

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promo-



Gabarito está previsto para sair nesta quarta-feira

vido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro elaborado pela gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior.

"Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça", lembra Guerreiro Júnior.

Concurso-A seleção terá seis etapas. Além da prova objetiva, haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença.

Os aprovados passarão por outros exames, que incluem desde sindicância da vida progressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingres-

so na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

Das vagas abertas, e das que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 1 hora.

Tribunal de Justiça vai inaugurar obras no interior

Em Carutapera, será inaugurado fórum, e em Turiaçu, reforma do prédio foi concluída

CARUTAPERA - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurará amanhã o fórum da comarca de Carutapera e a reforma do Fórum de Turiaçu, que também ganhará alojamento de magistrado. Os prédios nas duas fazem parte do programa de obras do TJ na gestão do desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Em fevereiro, o presidente do TJMA inaugurou o novo fórum de Pio XII.

As novas instalações em Carutapera e Turiaçu garantirão mais conforto e eficiência no atendimento ao público e melhores condições de trabalho para servidores e juízes das duas comarcas da Baixada Maranhense.

A primeira obra a ser entregue, às 11h, será a do prédio-sede da Justiça estadual em Carutapera, com vara única e salão do júri. O valor total da construção de 373,61 m² foi de R\$ 732.632,34. O fórum fica na Rua Deputado Manuel Ribeiro, 954, bairro Santa Luzia.

A cidade de Carutapera, distante 538 km de São Luís, possui 22 mil habitantes. A comarca possui como termo judiciário o município de Luís Domingues, funciona com 13 servidores e conta atualmente com mais de mil processos em tramitação,



Divulgação

Presidente Guerreiro Júnior desenvolve programa de obras do TJ

entre ações cíveis e criminais.

Turiaçu - A cerimônia em Turiaçu, município com 33 mil habitantes, será às 16h. Os serviços de manutenção e conservação do fórum, com 435,93 m², e a construção do alojamento com 122,38 m², ficaram em R\$ 559.600,97. Ambos ficam localizados na Avenida Santos Dumont, bairro Canário.

Substituição de todo o piso cerâmico, do forro danificado e de algumas portas; revestimento do

corredor; pintura geral; construção de muro limitando o terreno; elevação do piso da entrada; revisões elétrica, telefônica e geral do telhado foram alguns dos serviços realizados no fórum.

Na comarca de Turiaçu, tramitam cerca de 1.100 processos, principalmente execuções extrajudiciais e alimentícias, ações de alimentos, penais e declaratórias de inexistência de débito. Atualmente, 10 servidores do Judiciário estadual e quatro vigilantes trabalham no local.

Edital I

ITINGA DO MARANHÃO- As comarcas de Itinga e Igarapé Grande publicaram editais voltados a entidades públicas ou privadas que exercem atividade com finalidade social. O objetivo é convidar essas entidades a participarem do processo de seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional da pena ou transação penal.

Edital II

ITINGA DO MARANHÃO- As inscrições em Itinga do Maranhão estão feitas no Fórum Desembargador Carlos Wagner Sousa, no período de 1º a 15 de março. Em Igarapé Grande, as entidades podem se inscrever no Fórum Desembargador Milson Coutinho, no período de 4 a 22 de março. A entidade pode se inscrever ainda pelos Correios enviando todos os documentos previstos no edital.

Documentos

Sobre a documentação exigida, a entidade deverá apresentar o projeto a ser desenvolvido em cada comarca, com atividade de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças e adolescentes. No caso de Igarapé Grande, abrange também projetos voltados aos trabalhos de caráter filantrópico, ressocialização de presos e menores infratores ao convívio em sociedade.

Estado Maior

OAB vai retomar escolha do novo desembargador

Acatando determinação judicial, a OAB marcou para o início de abril a reunião do Conselho Seccional para retomar o processo de formação da lista sêxtupla na qual sairá o novo desembargador do tribunal de Justiça pelo Quinto Constitucional. **Política 3**

Estado maior

OAB e Quinto Constitucional

Pouco mais de uma semana depois de decisão do desembargador federal Novély Vilanova, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA) decidiu ontem marcar a data da sessão extraordinária do Conselho Seccional que julgará recursos dos candidatos ao Quinto Constitucional que tiveram indeferidas suas candidaturas a integrar a lista sêxtupla da qual sairá o novo desembargador do Tribunal de Justiça.

A reunião ocorrerá dia 3 de abril, às 15h, na sede da entidade. O relator dos recursos é o conselheiro seccional Ewer-ton Pacheco.

Os candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas são Daniel Leite, Waldey Oliveira e Samir Murad, este último por ser cunhado da governadora Roseana Sarney. Murad foi à Justiça e dela obteve o direito de ser submetido à apreciação do Conselho seccional. Além dele, tiveram suas candidaturas indeferidas os advogados Daniel Leite e Walney de Abreu Oliveira.

Antes da decisão da Justiça Federal, a OAB queria marcar a sessão para julgamento dos recursos e outra para a escolha da lista sêxtupla no mesmo dia. Ao julgar ação protocolada por Samir Murad, o desembargador federal Novély Vilanova manteve decisão do juiz federal Nelson Loureiro - que cancelou as sessões que ocorreriam em novembro do ano passado - e determinou a realização de sessões em datas diferentes.

O magistrado argumentou que, da forma como queria a Ordem, haveria cerceamento de defesa, uma vez que, se tivesse a candidatura indeferida pelo Conselho, o advogado não teria tempo de recorrer à Justiça Comum. E a OAB-MA, então, resolveu dar prosseguimento ao processo de formação da lista sêxtupla de acordo com a decisão judicial.

Desembargador I

É provável que o Tribunal de Justiça formalize hoje o processo de escolha do novo membro, que ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Stélio Muniz.

De acordo com a regra prevista no Regimento Interno do Poder Judiciário, a vaga será preenchida pelo critério da antiguidade.

O juiz mais antigo em atuação na Comarca de São Luís é Megbel Abdalla, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública.

Desembargador II

O fato de ser o mais antigo não assegura totalmente o acesso do desembargador à vaga.

Para ser desembargador, o juiz mais antigo, que esteja inscrito, será submetido à apreciação do Pleno e só não ascenderá se for recusado por dois terços.

O voto a favor ou contra deve ser fundamentado, e se o candidato responder por alguma acusação, terá ampla defesa e contraditório.

Violência contra a mulher é mapeada

Em cinco anos, 5.971 medidas de urgência a mulheres vítimas de violência em São Luís foram tomadas pela vara especializada, segundo pesquisa divulgada ontem pelo órgão. **Cidades 1**

Vara de Violência Contra a Mulher traça perfil de vítimas e agressores

Pesquisa foi divulgada ontem, com o resultado de um trabalho de conscientização de homens para quebrar o ciclo de violência; em cinco anos, a Vara especial concedeu 5.971 medidas protetivas de emergência a mulheres agredidas em São Luís

Em quase cinco anos de funcionamento, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher concedeu 5.971 medidas protetivas de urgência a mulheres vítimas de agressão em São Luís. Os dados foram apresentados pelo órgão, que divulgou pesquisa na qual traçou o perfil das vítimas e seus agressores, além do resultado de um trabalho de conscientização de homens para quebrar o ciclo de violência. Segundo o juiz da Vara, Nelson Rêgo, o índice de reincidência foi zero entre aqueles que participaram do Grupo Reflexivo de Gênero.

O trabalho de levantamento dos dados relativos a 2011 foi feito no ano passado pela equipe da Vara e deu origem à pesquisa divulgada ontem, a quarta da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que atende mulheres em situação de violência desde o dia 7 de março de 2008. Os dados apresentados ontem são relativos à amostra de 30% dos 1.706 processos que foram distribuídos pela Vara em 2011. "Percebemos que houve um aumento no número de casos de violência contra a mulher, apesar do crescimento também no total de denúncias", afirmou o juiz Nelson Rêgo.

Causa - Segundo levantamento, a violência psicológica foi responsável pela maioria dos processos, 35%. "Isso representa um avanço importante porque mostra que a mulher está conseguindo identificar outras práticas de violência e considerando-as tão sérias quanto a agressão física", explicou a assistente social Danyelle Bittencourt, uma das responsáveis pela pesquisa. A violência física aparece como segunda maior causa de denúncia, 28% do total, mesmo percentual da violência moral.

No entanto, em muitos processos, foram relatados mais de um tipo de violência, que em 67% dos casos ocorre dentro da casa onde convivem mulher e agressor. A duração dos relacionamentos, em 32% dos processos pesquisados, era de até cinco anos. "Percebemos que as mulheres estão demorando menos para denunciar a violência que sofrem e isso também é importante", ressaltou o juiz Nelson Rêgo, coordenador da pesquisa. Para justificar a demora em denunciar, as vítimas alegam dependência financeira e a existência de filhos do casal.

Mas a pesquisa mostrou que a dependência econômica não é mais o fator principal para que a mulher fique por um longo período em um ciclo de violência, pois 39% das vítimas afirmaram exercer algum tipo de atividade remunerada e em apenas 3,1% dos processos foi identificado que a mulher não tem renda própria. Outro dado que chama a atenção é que 54% das vítimas eram solteiras na época da agressão. "O que significa que a agressão foi cometida pelo namorado da vítima", informou Nelson Rêgo.

Agravantes - O uso de bebida alcoólica e substâncias entorpecentes representam um agravante no ciclo de violência no qual o casal está inserido. Em 37% dos casos denunciados, os homens estavam sob efeito de álcool quando agrediram suas companheiras e em 16% o agressor havia consumido algum tipo de narcótico, o que demonstra que prevenir o consumo de álcool e drogas é um fator importante na prevenção da violência contra a mulher. O uso de armas como facas e outros objetos perfurocortantes foram relatados em 23% das denúncias.

Saiba mais

A eficácia da proteção de mulheres vítimas de violência é relacionada com o aumento das ferramentas e dispositivos legais oferecidos às vítimas para saírem da situação de vulnerabilidade em que vivem. A criação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340) tem sido, em geral, a justificativa para o fato do aumento das notificações, o que certamente demonstrou mais seriedade na forma como a violência doméstica passou a ser tratada no âmbito do Judiciário. A violência contra a mulher deixou de ser vista como assunto de natureza privada e passou a ser encarada como de caráter público.

Os bairros Anjo da Guarda, Turu, Angelim, Sá Viana e Coroadinho são as localidades da capital onde ocorrem o maior número de agressões. Chama atenção áreas de classe média de São Luís que aparecem nos primeiros lugares do ranking. "Isso faz parte da cultura na qual somos educados, de base machista e patriarcal, em que o homem tem direitos sobre a mulher e a agressão é uma forma de fazer valer essa posse, sendo vista como algo natural", apontou Danyelle Bittencourt.

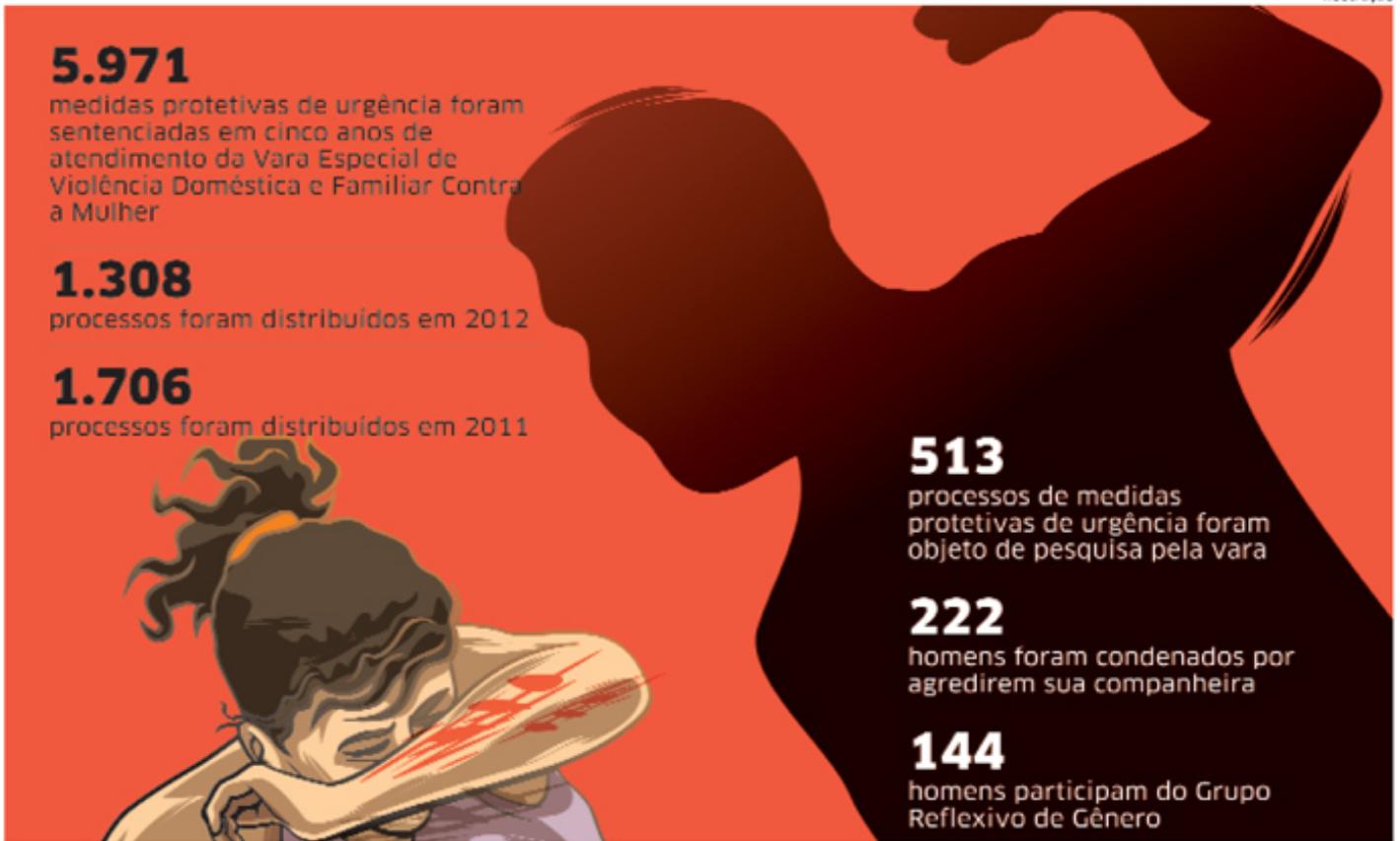
Uma preocupação dos órgãos de proteção à mulher agredida é de que mais da metade têm filhos com o agressor, o que significa que as consequências psicológicas do ciclo de violência podem repercutir nas gerações seguintes, mantendo a cultura de violência de gênero. Os ex-companheiros ainda representam um número significativo dos agressores. "Isso mostra que, mesmo após o fim do relacionamento, a mulher continua passível de violência de gênero, pois em muitos casos o homem não reconhece o fim do relacionamento e alimenta o sentimento de a mulher lhe pertencer", explicou Danyelle Bittencourt.

Medidas - Diante de tantos casos e formas de agressão de gênero sofridas pelas mulheres, a vara tem atuado para proteger as

vítimas e romper o ciclo de violência em que estão inseridas. O total de medidas protetivas de urgência solicitadas em 2011 é de 2.111. "Muitas mulheres solicitam mais de um tipo de medida protetiva cuja função é proibir o contato, aproximação e a frequência com que o agressor convive com a vítima", informou o juiz Nelson Rêgo.

Muitos dos processos que deram entrada na Vara ainda estão ativos, pois o tempo de tramitação pode chegar a três anos, mas, até o fim do ano passado, 222 homens já haviam sido condenados, o que representa 80% dos casos que chegaram ao fim do trâmite legal. Outro trabalho realizado pela Vara que tem contribuído para romper com o ciclo de violência é o Grupo Reflexivo de Gênero, que em cinco anos atendeu 144 homens.

O objetivo é conscientizar os agressores da violência a que submetem suas companheiras e mudar a cultura na qual a agressão é uma forma de manter e solucionar problemas da relação e de convivência. "A participação no grupo é compulsória. O homem participa de sessões com assistentes sociais, psicólogos e assistentes jurídicos da Vara. Os resultados mostram que o índice de reincidência entre os homens que participam deste trabalho é nulo", informou Nelson Rêgo.



“ É, principalmente, o agressor que precisa romper com o ciclo de violência. Mesmo após a separação, muitos homens agredem suas ex-companheiras, por isso realizamos um trabalho de conscientização”



Nelson Rêgo,
juiz titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Amma apoia nota contra declarações do presidente do STF

Magistrados do Maranhão rebatem críticas feitas por Joaquim Barbosa

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) manifestou total apoio à nota pública conjunta divulgada sábado (2) pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), na qual as entidades rebatem críticas do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), à magistratura, entre elas a de que os magistrados têm mentalidade "pró-impunidade".

O presidente da Amma, juiz Gervásio Santos, disse que as declarações do ministro Joaquim Barbosa "foram infelizes, um desrespeito à magistratura e que em nada contribuem para o aperfeiçoamento do Judiciário".

Na nota oficial apoiada pela Amma, as maiores entidades representativas da magistratura afirmaram que o ministro Joaquim Barbosa vive uma situação de "isolacionismo" e "parte do pressuposto de ser o único detentor da verdade". Disseram ainda que as declarações mostram "a forma preconceituosa,

De Jesus



Gervásio Santos preside a Amma

generalista, superficial e, sobretudo, desrespeitosa com que o ministro Barbosa enxerga os membros do Poder Judiciário brasileiro". De acordo com o texto, as associações "não têm sido ouvidas [por Barbosa]" e "a violência simbólica das palavras do ministro acendem o aviso de alerta contra eventuais tentativas de se diminuir à liberdade e à independência da magistratura brasileira. A sociedade não pode aceitar isso".

"As entidades de classe não compactuam com o desvio de finalidade na condução de processos judiciais e são favoráveis à punição dos comportamentos ilícitos, quando devidamente provados dentro do devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa", finaliza a nota pública.

EQUIPE DEFINIDA

Tribunal de Justiça instala setor especializado em precatórios

Começou a funcionar esta semana a Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão, que passa a concentrar todos os procedimentos relativos à tramitação de precatórios.

"Os precatórios, que eram processados pela Assessoria Jurídica da Presidência, passam a contar com setor especializa-

do para o tratamento dessa espécie", informa o juiz José Nilo Ribeiro, auxiliar da Presidência designado pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, para essa nova área de trabalho.

Na segunda-feira (4) ocorreu uma reunião entre os servidores, para integração inicial, organização e sugestões

para a eficiência dos serviços. A Coordenadoria foi criada no final de 2012, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça.

A equipe é composta e coordenada por servidores do quadro efetivo do TJMA, que já atuavam na atividade ou oriundos de outros setores. "Os servidores prestam um serviço relevan-

te e com boa vontade de torná-lo célere", avalia Nilo Ribeiro.

O trabalho será desenvolvido provisoriamente nas dependências do Gabinete dos Juizes Auxiliares e Assessoria Jurídica, até que espaço próprio seja estruturado. "A Coordenaria irá funcionar de forma autônoma, assim como uma Secretaria Judicial", observa o magistrado.

INTERAÇÃO

Sebastião Uchoa se reúne com Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, se reuniu, na segunda-feira (4), com representantes do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (TJ). Na reunião o grupo apresentou ao secretário um relatório sobre o sistema penitenciário.

O coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento Carcerário, juiz Douglas de Melo Martins, explicou ao novo secretário o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo grupo no sistema carcerário do estado.

DIÁLOGO - Para o secretário Sebastião Uchoa, esse primeiro contato com o grupo de monitoramento foi positivo. "O grupo se revelou alinhado aos pensamentos dessa nova gestão e com toda certeza temos mais um parceiro na caminhada para melhorar, ainda mais, a administração do sistema penitenciário" salientou Uchoa.

O juiz Douglas de Melo Martins destacou o encontro com o secretário Sebastião Uchoa e o grupo de monito-

ramento como positivo. Na ocasião o grupo de monitoramento fez algumas sugestões, a exemplo da criação de uma unidade de segurança máxima na capital e outra no interior, a regionalização do sistema através da construção de pequenas unidades prisionais no interior e a continuidade no convênio com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pedreiras (Apac).

EVANGELIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS - Na ocasião, Uchoa falou da criação do núcleo de assistência religiosa pela Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap). O espaço servirá para a realização de um planejamento por parte das entidades religiosas para a evangelização dentro das unidades prisionais.

Presentes, também, na reunião a delegada Geral de Polícia Civil, Cristina Menezes; o defensor público estadual, Paulo Rodrigues da Costa; representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc); de entidades religiosas e do setor de saúde da Sejap.

Em meio até a pedido de Intervenção Federal do Estado, feita pelo advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho e debate na Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça pôs em funcionamento a Coordenadoria de Precatórios do Maranhão. O setor, que era vinculado à presidência, agora tem o juiz José Nilo Ribeiro, designado pelo presidente Antônio Guerreiro Júnior para controlar os pagamentos.

COMISSÕES PARLAMENTARES

Atuação só na falta de ética

Com histórico de trabalho marcante, após montagem de Comissões Parlamentares de Inquéritos na década de 1990, grupo de trabalho permanece praticamente sem tarefas ao longo da legislatura

MARCUS SALDANHA

Embora com poucas atribuições e demanda pequena sendo acionada somente em casos excepcionais, a Comissão de Ética da Assembleia Legislativa tem grande relevância uma vez que cabe a ela decidir sobre perda de mandato de deputados e avaliar a atuação do parlamentar em relação ao respeito à ética e ao decoro parlamentar.

Ao longo de sua existência houve atuações marcantes da Comissão, como por exemplo no episódio da CPI do Narcotráfico que resultou na cassação dos deputados Francisco Caica (PSD) e José Gerardo (PPB) em 1999. Mas no dia a dia a Comissão não tem o que deliberar em reuniões ordinárias: "Só atua excepcionalmente quando há, por exemplo, brigas ou discussões de deputados. De vez em quando, há representações contra deputados, como a de Paulo Neto, que não resultou em cassação", explica o consultor Legislativo da Assembleia Legislativa, Carlos Lula.

Atualmente presidida pelo deputado Magno Bacelar (PV) a Comissão segue sem nenhuma pauta, o que pode ser sinal de tranquilidade no Legislativo estadual. "Espero que nesse período a frente da Comissão tudo transcorra da melhor forma possível", disse o deputado Magno Bacelar, que acrescenta sobre a importância da Comissão: "Estaremos atentos a tudo que for pertinente a Comissão para que haja andamento dentro da transparência para que realmente não haja dúvidas em qualquer assunto que venha ser investigado".

É importante ressaltar que a população também pode fazer representações contra deputados, conforme previsto no artigo 22 do capítulo V do Código de Ética e Decoro Parlamentar da AL. "O processo disciplinar pode ser instaurado mediante iniciativa do



HONÓRIO MOREIRA O IMP/D. APRESS E AGÊNCIA ASSEMBLEIA

Magno Bacelar e Roberto Costa são os deputados que comandam os trabalhos na Comissão de Ética na Assembleia Legislativa

SÃO COMPETÊNCIAS DESTA COMISSÃO:

- a) Visa dignificar a atuação do deputado em respeito à ética e ao decoro parlamentar;
- b) Direitos e deveres do Deputado
- c) Perda do mandato do Deputado
- d) Licença para processar Deputado.

presidente, da Mesa, de Partido Político, de Comissão ou de qualquer deputado, bem como de eleitor no exercício dos seus direitos políticos (grifo nosso), mediante requerimento por escrito, com especificação de fatos e respectivas provas, à Comissão de Ética Parlamentar".

No mesmo Código de Ética também se define os atos incompatíveis a ética e o decoro parlamentar, como por exemplo, atuação em causa própria; favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais com recursos públicos; utilizar a infraestrutura, os recursos, os funcionários ou os serviços administrativos de qualquer natureza, da Assembleia ou do Executivo, para benefícios próprios; condicionar suas tomadas de posição ou seu voto, nas decisões tomadas pela Assembleia, a contrapartidas pecu-

niárias ou de quaisquer espécies.

Algumas atitudes observáveis diariamente na plenária da Assembleia como uso de aparelho celular e/ou tablets, leitura de jornais e ou conversas paralelas são condutas que segundo o Código de Ética atentam contra a imagem da AL e são puníveis, uma vez que é um dever do deputado manter o decoro parlamentar e preservar a imagem da Assembleia Legislativa.

Fazem parte da Comissão o deputado Roberto Costa (PMDB) que é vice-presidente, Alexandre Almeida (PSD), Marcos Caldas (PRB), Raimundo Louro (PRB), Graça Paz (PDT), Cleide Coutinho (PSB). São suplentes os deputados André Fufuca (PSD), Francisca Primo (PT), Edson Araújo (PSL), Neto Evangelista (PSDB), Rubens Pereira Jr. (PC do B), Rigo Teles (PV) e Manoel Ribeiro (PTB).

Caso mais relevante

O deputado José Gerardo (PPB) foi apontado pela CPI do Narcotráfico como um dos principais dirigentes do crime organizado no Maranhão - com ramificações em outros 13 Estados perdeu o mandato por quebra de decoro parlamentar. Acusado de ser o mandante de 10 assassinatos e do roubo de 86 caminhões na BR-316, rodovia que corta parte do Estado e vai até Belém (PA), Gerardo cumpria seu quinto mandato e foi o primeiro parlamentar estadual cassado depois que a CPI do Narcotráfico começou a vasculhar as atividades do crime organizado no País. Outro deputado maranhense, Francisco Caica (PSD) - segundo mandato -, também foi cassado e teve a prisão requerida judicialmente. Ao depor à CPI da Assembleia, admitiu envolvimento em três assassinatos e apontou detalhes da atuação de Gerardo, de quem foi assessor durante 12 anos. Citou, ainda, desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão como envolvidos em esquema de proteção a assaltantes.

■ DECISÃO

Assembleia Legislativa mantém vetos do governo a projetos de lei

A Assembleia manteve, na sessão de ontem, os vetos governamentais a oito projetos de lei aprovados por esta Casa. As matérias são de autoria dos deputados Carlos Amorim (PDT), Neto Evangelista (PSDB), Raimundo Louro (PR), Vianey Bringel (PMDB), Edilázio Júnior (PV), do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Foram objeto de veto governamental as proposições que tratam da prática de spam direcionada aos telefones celulares habilitados no estado do Maranhão, vedação de cadastro de reserva nos concursos da administração pública estadual, investigação imediata em caso de desaparecimento de pessoas com deficiência física,

mental e sensorial, criação de unidades de monitoramento, acompanhamento, aperfeiçoamento e fiscalização do Sistema Carcerário no Tribunal de Justiça.

Também sofreram veto os projetos de lei que propunham a divulgação da relação de medicamentos excepcionais no site do Governo do Estado, instituição da meia-entrada para professores da rede pública e privada em estabelecimentos que promovam lazer e cultura e o que estabelece obrigatoriedade de disponibilização de cadeiras de rodas pelas agências bancárias, para o transporte de pessoas portadoras de necessidades especiais ou maiores de sessenta e cinco anos com dificuldades de locomoção.

VIOLÊNCIA DENTRO DE CASA

67% dos abusos contra a mulher acontecem em família

Dados alarmantes foram divulgados pelo juiz titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Melo de Moraes Rêgo, durante coletiva na manhã de ontem. Segundo ele, 67% dos casos de violência contra a mulher acontecem dentro de casa, em sua maioria, cometidos por companheiros ou ex-companheiros. O inconformismo pelo fim da relação

causa 30% das denúncias recebidas. Nelson Rêgo também enfatizou que o aumento da violência vem ocorrendo também em diferentes setores, como no trânsito e na forma de crimes contra o patrimônio. A Vara Especializada registra, mensalmente, 200 processos, entre medidas protetivas e processos criminais originados pelas denúncias.

URBANO

■ RELATÓRIO

Violência contra a mulher

Dados da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher revelou que 67% dos casos de violência são praticados dentro de casa

AUGUSTO DO NASCIMENTO

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, na próxima sexta-feira, o juiz titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Melo de Moraes Rêgo, apresentou um relatório revelando que a cada ano aumenta o número de casos notificados naquela instância judicial. Ontem de manhã, **O Imparcial** acompanhou a divulgação do documento na Vara Especializada, no bairro do Monte Castelo.

Os dados apresentados pelo juiz mostram que 67% dos casos de violência contra a mulher são cometidos dentro de casa, sendo que mais de dois terços dos homens representados nos processos de medidas protetivas de urgência eram companheiros ou já tinham terminado o relacionamento com as mulheres agredidas. Em termos percentuais, 42% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, sendo o inconformismo pelo fim da relação a causa de 30% das denúncias recebidas nessa situação. Essa proporção corresponde a quase o dobro dos casos denunciados (23%) envolvendo homens autores de violência contra as próprias companheiras.

De acordo com a assistente social Danyelle Bitencourt Athayde Lima, a pesquisa é realizada anualmente, mas os dados apresentados ontem fazem referência aos processos que deram entrada naquela Vara judicial em 2011, alguns dos quais ainda

ativos. Cerca de 30% dos processos foram utilizados na pesquisa, dos quais a equipe procurou definir o perfil dos envolvidos nos casos denunciados, tanto dos autores quanto das vítimas de violência, segundo características como o tipo de vínculo entre homem e mulher, idade, nível de escolaridade e regiões da capital em que moravam os envolvidos. A assistente social ressaltou que a violência psicológica vem sendo a mais denunciada (35% das práticas), à frente de outros tipos, como a violência física (28%), moral (28%), patrimonial (10%) ou sexual (2%). Segundo o resultado da pesquisa, 37% dos agressores fazem uso frequente de álcool, o que foi apontado por Danyelle Bitencourt como um fator potencializador das situações de violência, mormente nas discussões diárias entre os casais.

Nelson Rêgo observou que o aumento da violência vem ocorrendo em diferentes setores, como no trânsito e na forma de crimes contra o patrimônio, e a violência contra a mulher não ocorreria de forma isolada. Dessa forma, problemas na implantação e nos investimentos voltados às políticas públicas de educação, saúde e ação social, por exemplo, repercutem na violência e na segurança pública. O juiz destacou que os agressores têm as mais diversas ocupações profissionais, não se restringindo a um determinado segmento ou classe social. Para Danyelle, a tradição de princípios patriarcalista e machista da sociedade é uma das causas para a violência ser observa-

da nas diferentes faixas de renda. A esse respeito, o juiz observou que essa visão de fato podia ser natural nas sociedades patriarcais, mas é inadmissível em um mundo que propõe a igualdade de gêneros, devendo a igualdade ser trabalhada no ambiente doméstico, desde a divisão das tarefas domésticas entre os parceiros até a criação dos filhos

Mensalmente, a Vara Especializada registra 200 processos, entre medidas protetivas e processos criminais originados nas denúncias, os quais são acompanhados por quatro delegadas, duas promotoras de justiça e o único juiz. Desde a fundação até o fim de 2012, contabilizaram-se 5.971 medidas protetivas sentenciadas. Nelson Rêgo esclareceu que as 222 sentenças condenatórias representam pequena proporção em relação ao total, em virtude do tempo de pelo menos dois anos dos processos criminais, demora causada não apenas pelo grande volume de casos a serem acompanhados, como pelos recursos interpostos pelas partes e apelações nos tribunais, inclusive os que julgam violação à Lei Maria da Penha, com o rito de audiências unas e sem diligências na fase final. Outro aspecto levantado pelo juiz foi de que muitas mulheres, apesar de demandarem medidas protetivas contra a violência de que vinham sendo vítimas, preferem não representar criminalmente contra os autores. Para a assistente social, a legislação anterior à edição da Lei Maria da Penha, ao prever como condenação mais grave a doação de cestas bási-

cas pelo autor, não dava segurança às mulheres para que denunciasses casos de violência. Ao avaliar o impacto dessa lei, Danyelle Bitencourt observou que, antes, o tempo de convívio entre a mulher e o homem chegava a superar quinze anos de relação, para que a primeira denúncia fosse feita nas instâncias de proteção. Atualmente, na maioria dos processos, os relacionamentos teriam entre um e cinco anos de convivência. Apesar de esse tempo ainda ser consideravelmente longo para a vítima submetida a violência, reflete o maior esclarecimento das mulheres em relação aos próprios direitos, além da maior intervenção do estado nas questões.



Esse é o resultado de se usar a violência para resolver conflitos. Ela sempre traz impactos realmente desastrosos na vida social, psicológica e física dos envolvidos: o autor e a vítima

Raimundo Ferreira,
psicólogo

Resultados positivos

Além dos índices de violência acompanhados pela Vara de que é titular, Nelson Rêgo chamou a atenção para um aspecto positivo: a ausência de reincidentes entre os 144 homens – réus de processos ou representados nas medidas protetivas de urgência aplicadas naquela instância judicial – que participaram de um grupo de reflexão e responsabilização. De acordo com o juiz, o grupo de reflexão funciona desde 2008 e é acompanhado por uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos e assistentes sociais.

Segundo o psicólogo Raimundo Ferreira Pereira Filho, o grupo tem uma composição entre 10 e 14 participantes e se reúne durante dez encontros de cerca de duas horas, em locais e horários definidos, sendo sempre coordenados por um homem e uma mulher. De acordo com o psicólogo, a presença de coordenadores de ambos os sexos se justifica pela importância de que os participantes tenham uma referência ao escutarem a fala de uma mulher.

Ao tratar da metodologia, Raimundo Ferreira esclareceu que o trabalho não funciona no formato de palestras, e sim através da discussão de temas ligados à vida cotidiana, levantados a cada reunião, os quais podem abordar os laços familiares, a prática de diferentes tipos de violência contra a mulher e legislação. A partir do tema, são feitos questionamentos que levem à reflexão de cada participante, com resultados distintos sendo atingidos nos diferentes. Durante dois meses

e meio, os encontros são semanais, passando a três encontros mensais no período posterior estabelecido acordos e normas pelos próprios participantes. Ressaltando que os encontros se assemelham a uma roda de conversa acompanhada pelos facilitadores, o psicólogo considerou que os resultados positivos são atingidos pela possibilidade de os homens repensarem e reconstruírem as próprias atitudes e conceitos, superando a "naturalidade" com que antes encaravam os atos de violência, e passando a perceber não apenas a agressão física, mas desde os xingamentos e pequenos empurrões, até a destruição de objetos pessoais, como fatores que terão impacto danoso na vida social e psicológica da mulher, dos filhos e dos próprios agressores. "Esse é o resultado de se usar a violência para resolver conflitos. Ela sempre traz impactos realmente desastrosos na vida social, psicológica e física dos envolvidos: o autor e a vítima", concluiu o psicólogo.

Sem revelar a identidade ou o registro de imagens, um dos par-

ticipantes concordou em relatar a **O Imparcial** a experiência de vir participando do grupo de reflexão. Segundo ele, o grupo tem um conteúdo de alto nível, ao abordar o tema da violência e procurar rever os conceitos construídos pelos agressores. Ele destacou os conceitos propagados socialmente de que o homem é maior, mais forte e tem poder para "estar por cima" da mulher, vista como objeto. Com a participação no grupo, desde outubro do ano passado, as mudanças foram paulatinas, não apenas pela discussão de novos conceitos em relação à mulher, mas diante das demais pessoas com quem convive. Assim como escuta de outros homens que foram acompanhados pela equipe de reflexão, ele avalia que, se tivesse participado do grupo antes, certamente não teria cometido um ato de violência, pois o próprio caráter dos participantes teria sido confrontado, revisto e reconstruído no decorrer dos meses. "Ganhei maturidade, paciência. Aprendi a lidar com to-

das as situações, inclusive com as conflituosas. Eu achava que tinha todos os direitos dentro de casa, que podia mandar em tudo, mas agora sei que ela também tem o mesmo direito que eu, que também é dona da casa. Melhorei. Aprendi a ver as coisas bem melhor, mesmo diante de um problema. Aprendi que, qualquer que seja o motivo, em hipótese alguma o homem tem o direito de agredir uma mulher, nem mesmo outro homem", avalia um integrante do grupo.

PERFIL DAS VÍTIMAS

40% entre 26 e 34 anos
 54% solteiras (mas 23% conviviam em união estável e 17% eram casadas com os agressores à época da denúncia)
 28% donas de casa
 39% afirmaram exercer atividade remunerada
 Bairros de moradia mais identificados: Turu, Angelim, Coroadinho, Sá Viana, Vila Luizão e Bairro de Fátima

PERFIL DOS AGRESSORES

35% entre 26 e 34 anos
 53% solteiros (23% companheiros dos representantes)
 37% fazem uso de bebida alcoólica
 Bairros mais identificados: Turu, Anjo da Guarda, Anil, Vila Embratel, Coroadinho, São Francisco



Juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo apresentou os dados da violência contra mulher registrados na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Posse

Juiz de Açailândia é empossado na comarca de São Luís



Guerreiro Júnior dá posse ao juiz Antonio Fernando e cumprimenta esposa do magistrado

O juiz Antonio Fernando dos Santos Machado, do Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia, foi empossado nesta terça-feira (5) como juiz auxiliar de entrância final na comarca de São Luís, pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. "Sucesso nos trabalhos jurisdicionais desenvolvidos a partir de agora na capital", desejou Guerreiro.

O magistrado – promovido pelo critério de antiguidade – iniciou sua carreira na Justiça estadual, em 26 de fevereiro de 1997, como titular da comarca de Buriti. Atuou nas comarcas de

Santa Luzia e no juizado de Açailândia – atualmente com cerca de 2 mil processos em tramitação.

Com cerca de 1.800 processos julgados em 2012, Machado deixa a comarca de Açailândia com produtividade positiva de 100%. "Continuarei prestando a atividade jurisdicional buscando o aperfeiçoamento, para ter melhores condições de servir a sociedade ludovicense", declarou o juiz

Participaram da posse a diretora geral do TJMA, Sumaya Heluy, a esposa do magistrado, Maria José de Queiroz Machado e a filha Suzana Alves Machado.

**CNJ CRIA CADASTRO
DE CONDENADOS POR
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

ÚLTIMA PÁGINA

CNJ cria cadastro de condenados por improbidade administrativa

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou nesta terça-feira (5) a criação de um cadastro nacional de condenados por improbidade administrativa. A ideia é formar um banco de dados para ajudar a Justiça Eleitoral a barrar candidatos que forem enquadrados na Lei da Ficha

Limpa já nas eleições de 2014.

De iniciativa popular, a lei foi sancionada em 2010, mas só foi aplicada nas eleições de 2012. A norma considera que fica inelegível quem for condenado por improbidade ou diversos crimes em órgão colegiado.

Vaga de desembargador do TJ-MA será preenchida por critério de antiguidade

A vaga aberta no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) com a aposentadoria do desembargador Stélio Muniz será preenchida pelo critério de antiguidade, obedecendo à alternância determinada no parágrafo 1º do artigo 144, Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal. A vaga anterior foi ocupada pelo desembargador Raimundo Barros, eleito pelo critério de merecimento. Há boas chances que o processo seja definido na sessão administrativa do TJ-MA desta quarta-feira (6).

A aposentadoria de Stélio Muniz, datada de 1º de março, foi aprovada pelo presidente Guerreiro Júnior, ad referendum, e pendente de homologação também será efetivada na sessão.

O artigo 144 do Regimento estabelece que, a partir da existência de vaga, será dada notícia até o 10º dia de sua ocorrência, com a publicação de único edital, com prazo de cinco dias, no Diário da Justiça e na página do TJ-MA, para

que os juízes possam requerer o acesso. O prazo para declaração da abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa fundamentada do presidente do Tribunal.

No caso do acesso pelo critério de antiguidade, o juiz mais antigo da entrância final (São Luís), que tenha requerido a inscrição no tempo oportuno, será submetido à apreciação do Pleno e só terá seu nome considerado recusado se obtiver dois terços de votos negativos.

A recusa deverá ser fundamentada e precedida de ampla defesa e do contraditório, não podendo ser declarada sem a presença de, ao menos, dois terços dos desembargadores, incluindo o presidente.

A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecendo as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJ-MA.

Plenário rejeita veto do governo a projeto que prevê gratificação para diretor de Fórum

O Plenário da Assembleia Legislativa rejeitou, ontem, o veto total do Poder Executivo ao projeto do Poder Judiciário que prevê gratificação para os diretores de fórum no Maranhão.

O deputado Edilázio Júnior lembrou que a proposição vetada pela governadora Roseana Sarney prevê uma gratificação de 05% para o cargo de diretor de fórum. “Nada mais justo, uma vez que o diretor do fórum acumula mais serviços, mais uma função, mais responsabilidade. Tem que haver estímulo para quem ocupar este cargo de diretor do fórum”, argumentou.

O deputado Eduardo Braide considerou um ato de justiça a concessão da gratificação aos magistrados que exercem o cargo de diretor de Fórum.

“Sou plenamente favorável a este pleito dos juízes, primeiro porque é uma questão que já foi pacificada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, há uma resolução do CNJ que permite a concessão dessa gratificação, que é temporária, pois o juiz só passará a ter direito enquanto estiver investido na função de diretor de Fórum”, frisou Braide.

O líder da Oposição, deputado Rubens Pereira Júnior, também manifestou apoio ao projeto: “De fato é uma gratificação reconhecida pelo CNJ e que no Maranhão inclusive, salve engano, já vale para o Ministério Público e, portanto, se o próprio Poder Judiciário está dizendo que tem condições financeiras de arcar com aquele custo, financeira e orçamentariamente, se não há

qualquer vedação legal, inclusive resolução do CNJ nesse sentido, não há por que manter esse veto”, afirmou Rubens Júnior, defendendo apoio à derrubada do veto.

Os deputados Jota Pinto e Hélio Soares salientaram que na Assembleia Legislativa surgiu um consenso geral em favor da derrubada do veto, por “um ato de justiça a uma categoria que realmente merece pelo trabalho que vem desenvolvendo”, assinalou Jota Pinto.

Veto mantido – O veto parcial do Poder Executivo ao projeto do Judiciário que cria unidade de monitoramento, acompanhamento, aperfeiçoamento e fiscalização do sistema carcerário no Tribunal de Justiça, também foi incluído na Ordem do Dia e a Assembleia votou pela manutenção do veto parcial.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta quarta-feira vai para o juiz Antonio Fernando dos Santos Machado, do Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia, que foi empossado nesta terça-feira (5) como juiz auxiliar de entrância final na comarca de São Luís, pelo desembargador Antônio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça. “Sucesso nos trabalhos jurisdicionais desenvolvidos a partir de agora na capital”, desejou Guerreiro.

Assembleia mantém vetos governamentais a projetos de lei

A Assembleia Legislativa manteve, ontem, os vetos governamentais a oito projetos de lei aprovados pela Casa. Foram vetadas proposições que tratam da prática de spam direcionada aos telefones celulares habilitados no Maranhão, vedação de cadastro de reserva nos concursos da administração pública estadual, investigação imediata em caso de desaparecimento de pessoas com deficiência física, mental e sensorial, criação de unidades de monitoramento, acompanhamento, aperfeiçoamento e fiscalização do Sistema Carcerário no Tribunal de Justiça.

Também sofreram veto os projetos de lei que propunham a divulgação da relação de medicamentos excepcionais no site do governo do Estado, instituição da meia-entrada para professores da rede pública e privada em estabelecimentos que promovam lazer e cultura e o que estabelece obrigatoriedade de disponibilização de cadeiras de rodas pelas agências bancárias, para o transporte de pessoas portadoras de necessidades especiais ou maiores de 65 anos com dificuldades de locomoção.